

A ESCOLA E OS MECANISMOS DE CRIAÇÃO DAS CONDUTAS FEMININAS (GOIÁS, 1860 – 1890)

LEONARDO RODRIGUES DE MORAES

O presente ensaio¹ trata-se de uma tentativa de fazer algumas leituras sobre o cotidiano feminino, especificamente as meninas e professoras das escolas de instrução pública na Província de Goiás, na segunda metade do século XIX, procurando estabelecer alguns questionamentos sobre como se construiu a relação de gênero no interior do universo escolar e seus aspectos constitutivos, quais sejam, a sala de aula, as relações entre professoras/alunas, professoras/alunos, professores/alunas, professores/alunos, dentre outros.

Entender a escola, como um espaço privilegiado na composição e configuração de identidades sociais, sexuais e de gênero, é um dos suportes a que se pretende caminhar com este trabalho, procurando revelar as tramas e os dramas que constituíram o universo da educação pública em Goiás oitocentista.

A escola, entendida, portanto, como um lugar em que as relações de poder se processam sob diferentes situações, poder entendido aqui na acepção que lhe da Foucault, como uma força que disciplinariza, modela os corpos sociais, e, nesta perspectiva a escola encontra-se nesse emaranhado de forças e de poderes.

Neste sentido, pretende-se perceber os diferentes mecanismos de modelagem das condutas femininas, por meio do processo de escolarização tributário do modelo de sociedade

¹ Este trabalho também fez parte da conclusão do seminário **História das Mulheres e Estudos de gênero: leituras cruzadas**, sob a orientação da Proa Dra Diva do Couto Gontijo Muniz- Doutorado –História-UnB.

patriarcal e, especificamente no masculino como referencial de comportamento e práticas sociais. Ao propor o masculino como referencial, vai veiculando a noção de que a mulher deve ser sempre objeto de controle do homem, e tê-lo, portanto, como modelo de conduta social.

A escola, portanto, vai aos poucos “escavacando”, o comportamento social, vai assim cotidianamente desenhando os modelos de comportamentos que devem ser seguidos e perseguidos de forma que faça um processo de vigia constante sobre as mentes humanas especialmente as alunas e alunos das escolas do Império.

Trabalhar com o objeto proposto significa transitar por temas relacionados à história, especificamente a história cultural, a educação, e as reflexões sobre a relação de gênero e a história das mulheres. Objetivando assim, a tentativa de incorporar as experiências de meninas e mulheres invertidas dos seus respectivos papéis sociais, alunas e professoras. Procurando então perceber como são engendradas as práticas sociais que vincam um referencial de mulher, assujeitadas pelo pai, marido ou patrão.

Com efeito, tais concepções, apontam para a perspectiva trabalhada por Margareth Rago, em entender que as mulheres, não são sujeitos dados, “pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes”² e instituidores das condutas femininas.

É nesse jogo de construção das identidades, que pretendo incluir a história da educação em Goiás e o processo de escolarização das meninas e o próprio papel das professoras que constituíam o universo escolar, percebendo como a escola opera na construção de identidades fixas, permanentes, constantes, desconsiderando, portanto, a pluralidade dos sujeitos sociais.

² RAGO, Margareth. *Epistemologia Feminista, Gênero e História*. In: GROSSIM Mirian, PEDRO, Joana Maria. **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p.27.

Atribuir a escola sua contribuição na construção das hierarquias sociais, significa procurar entendê-la não como um mecanismo exclusivo e imperativo de produção de papéis, mas também como reflexo de uma sociedade inscrita em padrões que marcam as diferenças sexuais.

Neste sentido, vale ressaltar como assim já fizeram as feministas pós-modernas, gênero é diferente de sexo, ao contrário do que parece predominar no pensamento social contemporâneo onde em muitos casos “gênero era visto como substituto de sexo como também sexo parecia essencial à elaboração do próprio conceito de gênero”³, ou seja, para muitos sexo e gênero são a mesma coisa, significam quase sempre masculino e feminino e toda a construção simbólica dada a estas palavras, implicando em maneiras de ser e de viver, reiteradas no discurso educacional e nas práticas escolares, do uniforme aos conteúdos que eram ministrados.

Sob essa perspectiva, entende-se gênero na acepção que lhe dá Joan Scott⁴, como uma “organização social da diferença sexual”, como um conhecimento que estabelece significado para as diferenças sexuais, trabalhados no cotidiano escolar, e reiterados pela sociedade vilaboense.

Gênero, portanto, é uma construção simbólica, inscrita num universo representacional dos atores sociais que o constrói, ou seja, existe um sistema de representações sociais que vão sendo “veiculadas em imagens e em linguagens, traduzem o gênero em corpos sexuados”⁵, isto sinaliza em afirmar que o gênero que cria o sexo e não o contrário. A própria noção de sexo, masculino e feminino, já carrega em si a idéia a idéia de gênero. Idéia que é reiterada nas práticas sociais diversas e em especial no processo de escolarização.

Com efeito, as relações escolares, são também relações de gênero, isto por que como ainda se poder perceber, nas escolas primárias, um controle em estar sempre separando, as meninas dos meninos, atribuindo-lhes papéis específicos, criando e recriando no imaginário social,

³ NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. In: *Revistas de Estudos Feministas*, v.8, n.2, 1999, p. 11.

⁴ SCOTT, Joana, *Gênero um categoria útil*

⁵ SWAIN, Tânia Navarro. *A invenção do Corpo Feminino*. In: SWAIN, Tânia Navarro(org.) *Textos de História – Dossiê: Feminismo, teorias e perspectivas*. Brasília: UnB, 2000, v. 8., ½ p. 69.

a permanência do que é ser homem e do que ser mulher, e, assim marcando as diferenças e construindo outras tantas aí inscritas. Porém, como sinaliza Louro⁶, não existe uma identidade pronta e acabada, todas as posições podem se mover, nenhuma é natural, dada, ao contrario são construídas culturalmente. Sendo assim, a escola/educação é presidida por práticas sociais que revela seu caráter de produzir identidades sedentárias, por meio dos extensos estatutos, regimentos internos, códigos de condutas, e outros mecanismos que contribuem para “naturalizar” tais comportamentos e criar, estabelecer, inculcar, definir, padronizar os sujeitos, isto, como já sinalizei não é uma tarefa exclusiva da escola, mas esta tem operado com muito vigor, de forma mesmo a classificar os sujeitos, ou seja,

“toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina.”⁷

É neste embate cultural que vão sendo construídas a imagem de alunas e de professoras, No caso das professoras, como sinaliza Diva Muniz, uma imagem presidida pela idéia de ser uma pessoa “abnegada, distinta, estóica, vigilante, disciplinada e assexuada”⁸, Acredito, que uma das evidências de tais concepções estão inscritas nos currículos aplicados a escolas de instrução pública. Currículo diferente, que atribui diferenças, que busca homogeneizar as condutas, limitando as meninas o que podem fazer, estabelecendo o que não podem fazer. Ou seja, se cabe as meninas respectivo conteúdo específico, significa dizer que os outros conhecimentos e saberes não lhes interessam, mais do que isso, não são para elas, logo, devem procurara aprender e cumprir apenas o que lhe são imputados, impostos.

⁶ LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – refletindo sobre o “normal”, o diferente e o “excêntrico”. In: Revista Labrys.

⁷ Idem, *Pedagogia da Sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes(org.). O corpo Educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Atênica, 2001, p.16

⁸ MUNIZ, Diva do Coutro Gontijo. Sobre as Professoras de “antigamente” que eram “feias” e “usavam óculos”... In: LABRYS, n 1-2, julho/dez de 2002, www.unb.br/ih/his/gefem.

O currículo, portanto, é um espaço de poder, de confrontos, de embates que vai produzindo e reproduzindo as diferenças sociais, definindo os espaços onde cada um do jeito dever atuar. Desde o marido provedor a esposa prendada, os saberes escolares por certo ao reiterarem as condutas femininas afirmam também as masculinas, inscrevendo a binariedade social: homem e mulher, não atentando para os múltiplos papéis que os indivíduos podem exercer durante a sua trajetória de vida, especialmente no contato com outros indivíduos desconhecidos do seu dia-a-dia.

Revelando a escola como espaço plural e porque não dizer de identidades plurais, pois o que por certo caracteriza a escola é sua heterogeneidade, expressada, pelas diferentes experiências dos alunos e alunas, e mesmo entre os próprios alunos e as alunas, ou seja, não considerando que exista apenas uma maneira de ser menina e de ser menino. Plural também, pela diversidade de conteúdos, de professores e professoras que compõe esse universo tão complexo.

No entanto, pela que se tem produzido sobre a história da educação. Do ensino e mesmo das mulheres na educação, percebe-se que teve um movimento contrário ao posto no parágrafo anterior, talvez por reconhecer tais características, tratou-se logo de silenciá-las, de criar tecnologias que pudessem reverter tal perspectiva. Estabelecendo assim, normas, procedimentos escolares, currículos específicos, professores com disciplinas específicas de modo que pudesse criar, e de fato, é construção, uma escola,, homogênea, pronta e acabada que pudesse dar aos seus/suas alunos/as os conhecimentos estáveis, verdades inquestionáveis.

Ora, como já afirmava Foucault, não se proíbe aquilo que não se pratica, de forma que fazendo uma leitura contrária do que se foi definido, se houve, tanto mecanismo de normalizações, isto é extremamente revelador de que existia, um sujeito que buscava as diferenças, alternativas opostas as que eram estabelecidas pelas escolas, que mais do que ensinar conteúdos escolares, ensinava-se a como se comportar na sociedade. Havia uma tentativa de romper com os padrões estabelecidos, será que não havia meninos que tinham desejos por menino? Será que as meninas gostavam de cozer ou de bordar? Será que ser prendada não implicaria também entender

de aritmética, história, geografia? Os meninos de fato querias ser somente como eram seus pais? Será também que as professoras eram, como se gostaria que fossem assexuadas?

Estes e tantos outros questionamentos me vêm como um dos objetivos ao se estudar o processo de escolarização das meninas/alunas e o papel das mulheres/professores que constituíam um universo escolar cercado por preconceitos, prenoções. Procurar então perceber os embates culturais presentes no cotidiano escolar é uma das propostas que inicialmente cercam o presente trabalho. Enfim, fazer uma leitura da escola/da educação/ dos processos normativos, e em especial ao dar visibilidades as meninas professoras, requer, sobretudo procurar desvendar o cotidiano desses sujeitos, buscando fazer um exercício mesmo de questionamentos das naturezas das práticas sociais, precisamos, enfim,

*(...) nos voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições(...)*⁹

⁹ LOURO, op. cit.